

COLETÂNEA

O GLOBO
19/out/16

A conta dos outros Poderes

Estados querem inclusão de Judiciário e Legislativo nas novas regras da aposentadoria

MARTHA BECK, GERALDA DOCA, CÁSSIA ALMEIDA

BRASÍLIA E RIO - A inclusão dos estados na reforma da Previdência precisa se estender a todos os Poderes e não ficar limitada apenas ao Executivo. A ideia é defendida pelos governadores e tem a simpatia da equipe econômica. Isso porque, ao englobar Judiciário, Legislativo, Ministério Público, Tribunal de Contas e Defensoria Pública, a reforma ajudará a acabar com uma situação perversa que hoje limita a realização de investimentos e a aplicação de recursos em áreas importantes, como segurança pública e transportes. Em vários estados, inclusive no Rio de Janeiro, o Executivo assumiu o pagamento de inativos e pensionistas de todos os Poderes. Segundo o especialista em finanças públicas Raul Velloso, isso reduz os recursos livres dos governadores: - Inativos e pensionistas viraram uma conta a mais que ninguém quer pagar. Eles são empurrados para o Executivo. Existe uma disputa interna nos estados pelos recursos do Orçamento e para saber em cima de quem a conta vai incorrer.

A pedido do GLOBO, Velloso e o consultor da Comissão de Orçamento da Câmara e ex-secretário de Previdência Leonardo Rolim fizeram um levantamento sobre a situação do Rio. No estado, as despesas com inativos e pensionistas de todo os Poderes (Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público) chegou a R\$ 13,345 bilhões em 2015. Desse total, R\$ 2,24 bilhões (16%) corresponderam aos órgãos autônomos. Segundo Velloso, isso demonstra que a reforma precisa englobar todas as esferas: - Os Poderes têm de ser solidários no ajuste. Ele lembra que os órgãos autônomos têm direito a uma fatia do Orçamento estadual. Ela é usada para pagar salários dos funcionários que estão na ativa. Nesse período, os reajustes salariais e ganhos de remuneração, que costumam ser mais generosos no Legislativo e no Judiciário, acabam impactando as aposentadorias no futuro e a conta do Executivo. Velloso ressalta que a situação das despesas com saúde e educação também limita a ação dos governadores. Essas duas áreas têm vinculações obrigatórias, mas também não usam esses recursos para pagamento de aposentados.

NO RIO, DÉFICIT COM JUDICIÁRIO SALTOU 80%

No Rio, os dados levantados por Velloso e Rolim mostram que o déficit com o pagamento de aposentados do Tribunal de Justiça saltou 80% entre o segundo

trimestre de 2012 e o deste ano, chegando a R\$ 177 milhões. Nesse mesmo período, o rombo do Executivo cresceu 48,5%, a R\$ 1,487 bilhão. No caso da Alerj, a alta foi de 15,7%, para um déficit de R\$ 49,2 milhões. No Tribunal de Contas Estadual, o aumento foi de 38%, para R\$ 47 milhões.

Paralelamente, estudo do economista José Roberto Afonso, da Fundação Getulio Vargas (FGV) e do Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP), mostra que o Rio é o estado com a segunda menor proporção de gasto com o funcionalismo responsável por saúde, segurança, educação e administração. São 33,7% da receita destinada a essa despesa no Rio. No Espírito Santo, a parcela é de 31,3%, e, em São Paulo, de 34,5%. O maior gasto é no Tocantins: 60,3%. Dessa conta, estão excluídos inativos e outros Poderes, como Judiciário e Legislativo.

- Há três hipóteses para o rombo do estado: gasta muito com inativo, com outros Poderes ou arrecada mal. O problema é que a variável de ajuste é justamente onde se gasta menos - afirma Afonso.

Quando se incluem os órgãos autônomos, a situação se inverte. O gasto com pessoal nesses outros Poderes é, em média, de 8,9% da receita. No Rio, sobe a 10%, ressalta Afonso: - Se o estado já gasta relativamente pouco com sua folha de pessoal ativo, recomenda o bom senso que não se concentre o ajuste ali, mas sim em outros desvios de gastos ou até de receitas. Quanto mais se adia esse diagnóstico, mais sofrerá a sociedade com a crescente desestruturação dos serviços públicos e do próprio governo.

Para Afonso, a previdência dos servidores do Rio precisa ser reformada "em caráter emergencial": - Em dezembro, o Rio deve superar o limite de 60% da receita com gasto com pessoal. Isso vai obrigar o estado a fazer corte de cargos comissionados, depois de servidores que não têm estabilidade e, por último, dos estáveis.

Uma análise feita por Velloso com base nas despesas dos três estados em pior situação financeira - Rio, Minas Gerais e Rio Grande do Sul - mostra quão limitada é a margem de manobra dos governantes. Segundo ele, em média, os órgãos autônomos desses locais respondem por 13% da receita corrente líquida (RCL); a educação, por 17,8%; e a saúde, por 10%. As demais vinculações ficam com 5,7% da RCL, e o serviço da dívida, com 13%. Somadas, essas fatias chegam a 59,6% da receita.

A proposta de reforma da Previdência obriga todos os estados e municípios a criarem um sistema de previdência complementar (uma espécie de fundo de pensão) para seus servidores, em até dois anos. A exigência valerá para os entes que têm regimes próprios de aposentadoria e englobará todos os poderes e seus respectivos órgãos, num fundo único. Com isso, os novos funcionários que se aposentarem terão um benefício limitado ao teto do INSS (hoje em R\$ 5.189), e o que extrapolar será complementado por esse fundo, em regime de capitalização. Ainda pela proposta, quem não tiver condições para montar uma entidade própria poderá aderir ao fundo dos servidores do Executivo federal, o Funpresp.

O objetivo da medida é reduzir as despesas dos estados com aposentadorias no futuro. Atualmente, a média dos benefícios no Legislativo, Judiciário e demais órgãos (Ministério Público, Tribunal de Contas e Defensoria Pública) é muito superior aos valores pagos pelos Executivos em todas as esferas. Com a criação de fundos de previdência complementar, a tendência é que, dentro de duas décadas, o valor médio das aposentadorias nas carreiras mais

privilegiadas caia, explicou um interlocutor.

Segundo dados do Ministério do Planejamento, no Executivo federal, uma aposentadoria é, em média, de R\$ 7.458. No Ministério Público Federal, chega a R\$ 17.904. No Judiciário, a R\$ 25.700, e no Legislativo, a R\$ 28.587. Essa discrepância, dizem os técnicos, se repete nos estados.

ATALHO

MANTÊM-SE robustas as economias para o Tesouro conseguidas pela operação pente-fino em curso sobre benefícios concedidos pelo INSS, como se o Tesouro pudesse arcar com toda a demanda dita social. Apenas 2% dos auxílios-doença examinados já permitiram à União deixar de gastar R\$ 139,3 milhões por ano. CHAMA A atenção que, do total de benefícios que passarão pela auditoria, 99,2% tenham sido obtidos por via judicial. Deve haver mesmo algo estranho em um auxílio em que o melhor caminho para obtê-lo é o de um tribunal e não o de um perito credenciado.

O GLOBO

16/out/16

Déficit previdenciário dos estados pode crescer 57% até 2020

Sem mudança de regras, rombo pode chegar a R\$ 101 bilhões

por Geralda Doca

BRASÍLIA - Os estados pediram ao governo federal para serem incluídos na reforma da Previdência, a fim de desarmar uma bomba que pode explodir em quatro anos. Sem mudança nas regras para servidores públicos, o déficit dos regimes próprios estaduais, que alcançou R\$ 64,266 bilhões no ano passado, chegará a R\$ 101,144 bilhões em 2020 — um aumento de 57,4% no período, de acordo com cálculos de um estudo contratado por um grupo de governadores, que inclui Rio e São Paulo. A cifra indica quanto os estados terão que aportar a mais para pagar aposentados e pensionistas, já descontadas as receitas com contribuições.

Diante do problema, governadores reunidos em Brasília na semana passada concluíram que a reforma da Previdência é crucial para vencer a crise fiscal que abate os estados e decidiram defender conjuntamente medidas para reduzir o peso das despesas com benefícios. Além do aumento da contribuição, eles querem que a União acabe com os regimes especiais de policiais militares e bombeiros — que representam quase um quarto do gasto com servidores estaduais inativos. De um custo total de R\$ 127,6 bilhões em 2015, a categoria respondeu por R\$ 28,8 bilhões. A previsão é chegar a R\$ 32,2 bilhões neste ano.

O levantamento sobre a projeção de déficit dos regimes próprios de Previdência dos estados foi feito pelo consultor da comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados, Leonardo Rolim. Segundo o estudo, o déficit dos regimes próprios de previdências estaduais — que consumiu 11,7% das receitas correntes líquidas dos estados em 2015, chegará a 17% em 2020, se nada for feito. Rolim está assessorando um grupo de

governadores, como Rio, São Paulo, Santa Catarina, Distrito Federal, que estão à frente da mobilização e que conta inclusive com o apoio de Minas Gerais e do Piauí, comandados pelo PT.

EXPECTATIVA DE MUDAR REGRA PARA PROFESSORES

Eles querem que as mudanças venham de cima para baixo, na Constituição ou em lei federal, e não em negociações com as assembleias legislativas. A elevação gradual das alíquotas de contribuição dos servidores de 11% para 14%, inclusive para a União, poderá ser feita via projeto de lei, com aplicação automática nos estados.

No caso do fim dos regimes especiais para policiais e bombeiros, basta o governo federal fixar na Proposta de Emenda Constitucional (PEC), a ser enviada ao Congresso, idade mínima para a aposentadoria, que exige atualmente apenas tempo de contribuição. O tema é de competência dos estados, que afirmam não ter força política suficiente para mudar as regras nas assembleias.

Os governadores também têm expectativa de que a PEC vá alterar as regras para os professores, que podem se aposentar na frente dos demais. Segurança e educação são duas rubricas que exercem forte pressão nas contas de estados e municípios. Eles querem que o governo federal dê foco à previdência dos servidores públicos e não apenas ao regime geral (INSS).

O assunto será levado ao presidente Michel Temer pelos 27 governadores, assim que ele retornar da viagem à Índia e ao Japão, na próxima sexta-feira. Também vão participar da reunião os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) e do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). O governador licenciado do Rio, Luiz Fernando Pezão (PMDB), é um dos coordenadores do movimento.

— Os 27 entes da federação querem a reforma da Previdência. Fazer parte da PEC (Proposta de Emenda Constitucional) dá segurança jurídica — disse ao GLOBO o governador Pezão, acrescentando que, além das barreiras na Justiça ao aumento de contribuição de servidores, há resistências nas assembleias para mexer com as aposentadorias especiais.

O governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg (PSB), justificou o interesse do grupo:

— Todos os estados, sem exceção, têm uma previdência deficitária. Por isso, os governadores estão se unindo para ganhar reforço e angariar apoio do Congresso Nacional. Isso vai facilitar para todos.

Segundo Pezão, o aumento da contribuição previdenciária dará um alívio de caixa mais imediato, de cerca de R\$ 500 milhões por ano, no caso do Rio. O fim dos regimes especiais, explicou, vai levar algum tempo para surtir efeito, porque é preciso uma fase de transição em função de direitos adquiridos. Ele destacou, entretanto, que esta medida é fundamental para o Estado, pois 66% das despesas com Previdência são com aposentadorias especiais.

— Para cada cem policiais da ativa, há 600 aposentados. Muitos se aposentam aos 49 anos, recebendo salários acima de R\$ 20 mil. Se a economia não crescer, esse sistema não fica de pé — disse Pezão, que defende um maior tempo desses profissionais na ativa.

O governador destacou ainda que o estado vem fazendo cortes, inclusive com possibilidade de demissão de servidores ativos, sacrificando áreas essenciais como saúde e educação. Para ele, chegou a hora de os inativos darem a sua contribuição.

Segundo o estudo, o Rio teve uma despesa total com inativos de R\$ 13,769 bilhões no ano passado, sendo que R\$ 3,186 bilhões foram destinados ao pagamento de benefícios a policiais e bombeiros. A projeção de gasto com a categoria neste ano é de R\$ 4,113 bilhões de um dispêndio total de R\$ 18 bilhões. Em São Paulo, o gasto com policiais aposentados foi de R\$ 7,381 bilhões de um valor total de R\$ 28 bilhões. Em Minas Gerais, a categoria respondeu por R\$ 5,799 bilhões de um dispêndio total de R\$ 17,457 bilhões.

O déficit previdenciário do Rio, que foi de R\$ 6,357 bilhões em 2015 (o que comprometeu 12,41% das receitas correntes líquidas), está estimado em R\$ 8,713 bilhões neste ano, saltando para R\$ 10,632 bilhões em 2020. No Rio Grande do Sul, que registrou déficit de R\$ 7,595 bilhões no ano passado, o rombo do regime de Previdência correspondeu a 25,2% das receitas líquidas do estado.

No conjunto dos estados e Distrito Federal, há 1,442 milhão de servidores aposentados e outros 490.215 pensionistas para um total de 2,678 milhões de trabalhadores ativos. A proporção entre ativos e inativos, que está em 1,4, vai cair ainda mais, disse o autor do estudo. Ele lembrou que a criação de fundos de previdência complementar para os novos, medida que já vem sendo adotada, é importante, mas só terá efeito nos caixas estaduais daqui a mais de duas décadas. Neste caso, o valor do benefício é limitado ao teto do INSS e o restante é complementado em regime de capitalização.

— O problema são os servidores mais antigos. É preciso resolver esse passivo — destacou Rolim, que defende o funcionamento efetivo dos fundos previdenciários, com aporte de recursos adicionais, como por exemplo, da securitização de débitos inscritos na dívida ativa, projeto que está em tramitação no Congresso.

Segundo uma fonte do governo que está participando das discussões da reforma, a proposta que está nas mãos do presidente prevê a convergência de regras para todos os regimes e, por isso, o impacto das mudanças será maior para os estados do que para a União.

— Como se propõe a convergência de regras, os ganhos fiscais da reforma para os estados devem ser mais substanciais que na União, em função do peso de segurança e educação — disse um auxiliar do presidente.

Entre as mudanças sugeridas estão a fixação de idade mínima de 65 anos para todos os trabalhadores que requererem aposentadoria, extinção gradual das diferenças de regras entre homens e mulheres e professores, alteração na pensão (redução do valor e fim do benefício vitalício), proibição de acúmulo de aposentadoria e pensão, entre outros. O

alcance da reforma, no entanto, ainda será definido por Temer, depois de conversar com as partes envolvidas.

‘NÃO CABE MAIS NA FOLHA DOS ESTADOS’

Por isso, a iniciativa dos governadores faz toda diferença, avalia o economista Raul Velloso, especialista em contas públicas, que também está assessorando os governadores:

— Ao incluir os governadores na reforma, você mata vários coelhos de uma cajadada só.

Para o pesquisador do Instituto Ibre da Fundação Getulio Vargas (FGV) José Roberto Afonso, o problema da Previdência impõe a necessidade de mostrar as contas para toda a sociedade, com a realização de um debate técnico. Ele destacou que as medidas exigem coragem dos governadores, com coordenação e suporte do governo federal, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal (STF).

— Não cabe mais nas contas dos estados a folha dos salários de quem está em serviços públicos essenciais, como segurança, ensino e saúde, e também a folha de aposentadorias e pensões, até porque o seu número já supera o de ativos nos governos em maior crise. Quanto mais se adiar o enfrentamento dessa questão, mais se abreviará a desorganização de serviços básicos e a intervenção federal se fará inevitável — alertou o pesquisador.

Caso o governo acate o pleito dos governadores, eliminando as aposentadorias especiais para policiais militares e bombeiros, ficará difícil deixar de fora da reforma as Forças Armadas, avaliou um interlocutor. Entre as propostas colocadas à mesa para os militares, estão elevar o tempo na ativa de 30 anos para 35 anos e subir o valor das contribuições, atualmente em 7,5% e 1,5% adicional para os militares que decidiram manter a pensão das filhas.

Segundo dados do governo federal, o déficit da Previdência dos servidores da União atingiu R\$ 35,5 bilhões em 2015 e o dos militares das Forças Armadas, R\$ 32,5 bilhões. No INSS, o rombo foi de R\$ 85 bilhões.

EM ROTA DE COLISÃO

DÉFICIT FINANCEIRO DOS ESTADOS PARA O PERÍODO DE 2015 A 2020
Indicador mostra quanto os estados tiveram de desembolsar para pagar aposentadorias e pensões de servidores descontadas as contribuições patronais



Fonte: levantamento do consultor da Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados, Leonardo Rollim

ESTADOS COM DÉFICIT ELEVADO
(EM BILHÕES DE REAIS)

Em 2015, o déficit financeiro chegou a **11,67%** da receita corrente líquida dos estados. Em 2020, pode chegar a **17%**



UNIDADES DA FEDERAÇÃO NAS QUAIS O DÉFICIT TEM MAIOR PESO (PERCENTUAL DA RECEITA)



O CUSTO DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO BRASILEIRO
Mantidas as regras atuais, o custo total do sistema de Previdência chegará a **23%** do PIB (EM % DO PIB)



Editoria de Arte

GAZETA DO POVO
Paraná

14/out/16

Previsto na Constituição, sistema para demitir maus servidores está parado desde 2007

O mecanismo foi incluído na Constituição por uma emenda aprovada em 1998, e um projeto de lei complementar para regulamentá-lo foi enviado à Câmara no mesmo ano

Fernando Jasper

Ao contrário do que ocorre com uma empresa privada, o poder público não consegue ajustar as despesas com pessoal em tempos de crise. Com arrecadação em queda livre e a folha de pagamentos subindo, o peso desse tipo de gasto saltou do equivalente a 31% da receita líquida da União em 2013 para 38% em 2015.

Para o economista José Roberto Afonso, professor de mestrado do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP), um bom começo seria regulamentar a avaliação periódica de desempenho dos servidores, que facilitaria a demissão de maus funcionários.

O mecanismo foi incluído na Constituição por uma emenda aprovada em 1998, e um projeto de lei complementar para regulamentá-lo foi enviado à Câmara no mesmo ano. Combatida por sindicatos, a proposta está pronta para ser votada desde 2007, mas nunca foi levada a plenário.

“É um instrumento importante também para premiar quem tem bom desempenho. A questão é como fazer a avaliação. Não pode ser uma coisa presa a um formulário. Tem que estar associada a um plano de metas individuais e por equipes”, defende Nelson Marconi, professor da Escola de Economia de São Paulo (FGV/EESP).

Marconi é autor de um estudo que mostra que os salários médios no serviço público superam os da iniciativa privada independentemente do nível de escolaridade do trabalhador. “O salário mais alto ajuda a recrutar pessoas mais qualificadas, que são importantes na formulação das políticas públicas”, diz. “Mas só o salário mais alto não garante que o desempenho delas será adequado.”

<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/previsto-na-constituicao-sistema-para-demitir-maus-servidores-esta-parado-desde-2007-a2iv29r5p70zjbwj2mp8s1n3o>

GAZETA DO POVO

14/10/2016

Crise aprofunda abismo entre servidores públicos e trabalhadores do setor privado

A renda média mensal do funcionalismo, que tem estabilidade de emprego e já ganhava mais, subiu 4,6% nos últimos dois anos. O rendimento real dos demais trabalhadores caiu quase 2%

Fernando Jasper

A crise teve origem no descontrole dos gastos públicos, mas quem está pagando a fatura são os que trabalham na iniciativa privada. Em dois anos, quase 2,5 milhões de empregos com carteira assinada foram extintos. E o rendimento médio de quem continuou ocupado – entre formais, informais, domésticos, autônomos e empregadores – caiu quase 2% em termos reais. Enquanto isso, o ganho mensal dos servidores públicos, que têm estabilidade de emprego e já ganhavam mais, subiu 4,6% acima da inflação.

[Compare dados entre os empregados do setor privado x setor público](#)

Previsto na Constituição, sistema para demitir maus servidores está parado desde 2007

Em outras palavras, a recessão aprofundou o abismo entre os funcionários públicos e os demais trabalhadores. E as reformas anunciadas pelo governo farão pouco para diminuir essa diferença.

O teto de gastos, [aprovado em primeira votação na Câmara](#), afeta o orçamento de áreas que interessam ao conjunto da população, como educação, saúde e investimentos em infraestrutura, mas em princípio não mexe com o funcionalismo. O quadro de servidores só será atingido – com congelamento de salários, promoções e vantagens – caso os limites definidos pela lei sejam descumpridos.

Quanto à [reforma da previdência](#), a promessa do presidente Michel Temer (PMDB) é de que a idade mínima de 65 anos valerá tanto para quem trabalha no setor privado quanto para os servidores. É uma hipótese que ainda será testada. As diferentes corporações apenas começaram a reagir, e membros do próprio governo não escondem a contrariedade – na sexta-feira (14), o ministro da Defesa, Raul Jungmann, [vultou a defender tratamento especial para os militares](#).

Não se sabe, também, se a reforma mexerá no aspecto mais desigual: o cálculo do valor do benefício, que sempre favoreceu o funcionalismo. A sugestão de mudança mais drástica até agora veio de governadores, que pressionam para que a contribuição previdenciária descontada do salário dos servidores suba de 11% para 14%. Segundo eles, seria uma forma de atenuar a situação dramática das finanças estaduais.

Para especialistas, os atrasos de salários – frequentes em estados como o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul – e o congelamento de reajustes, [como o anunciado no Paraná](#), são uma prévia do que pode ocorrer em todo o país caso não haja uma reforma do funcionalismo.

Reajustes desiguais

De 2004 a 2014, a remuneração dos servidores públicos estaduais e municipais aumentou 54% e 46% acima da inflação, respectivamente, segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). No mesmo período, o salário médio do setor privado teve ganho real de 38%. O trabalho sugere que a maior pressão sobre os gastos com pessoal veio dos aumentos salariais, e não da contratação de servidores.

Urgência

“É urgente uma reforma. Não para tirar direitos, mas para ajustar e adequar expectativas”, diz Monica Pinhanez, professora da Escola de Administração Pública e de Empresas (FGV/Ebape). “Há setores do funcionalismo bem remunerados, mas há outros mal pagos. Não há uma carreira unificada. Há questões relativas à estabilidade e à aposentadoria em que os governos não podem mexer nem quando há necessidade”, diz.

Monica defende que as mudanças sejam discutidas com toda a sociedade. “Todos nos beneficiamos de um serviço público que funcione, com funcionários qualificados, bem pagos e respeitados. Mas o sistema precisa ser sustentável.”

Para o especialista em contas públicas Raul Velloso, que tem assessorado governadores, a primeira questão a ser atacada tem de ser a previdência dos servidores. “Em primeiro lugar, porque o gasto é muito alto. Nos principais estados, ela consome cerca de um terço das receitas. Em segundo, porque é um gasto rígido, que não diminui. Em terceiro, porque as projeções mostram que ele crescerá acima do PIB”, explica.

Se nada for feito, alerta Velloso, o pagamento dos inativos vai consumir frações crescentes dos orçamentos, tirando recursos de outras áreas. “Daqui a poucos veremos situações de calamidade, com uma explosão nos atrasos de pagamento para servidores e os próprios inativos”, diz.

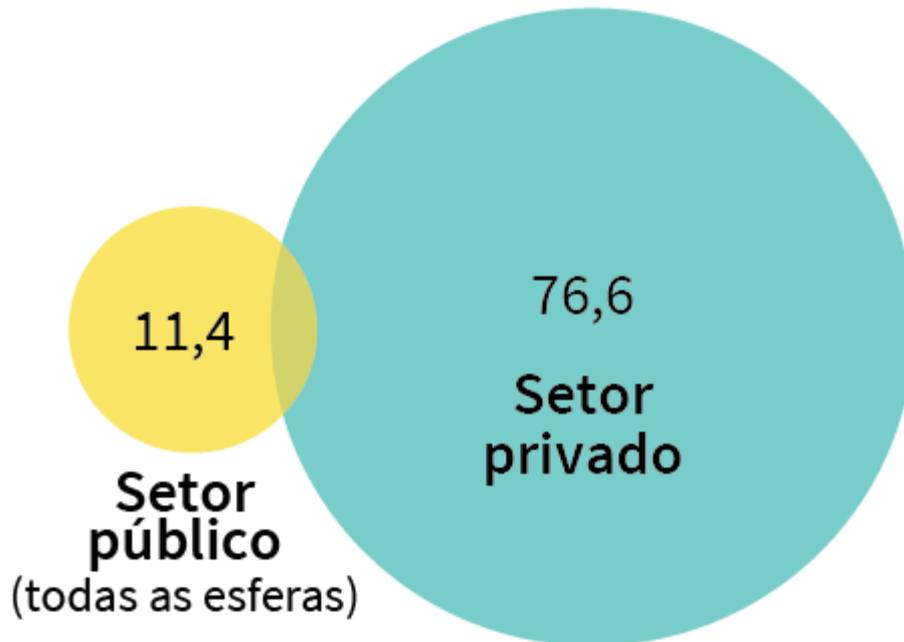
Aposentadoria mais favorável

Hoje a idade mínima de aposentadoria do servidor público é de 55 anos para mulheres e 60 para homens, com um mínimo de 30 e 35 anos de contribuição, respectivamente. Quem ingressou no serviço público da União até 2003 terá como aposentadoria o valor do último salário. Quem entrou de 2003 a 2012 recebe a média dos salários, sem incidência do fator previdenciário. Apenas quem ingressou a partir de 2013 é que receberá no máximo o valor do teto do INSS. Para receber mais que isso, terá de contribuir com um fundo específico, o Funpresp.

Setor público X privado



Quantos são Trabalhadores (milhões)



SEM CRISE

Nem todas as categorias do funcionalismo conseguiram reajustes nos últimos tempos. Mas, na média de todos os servidores brasileiros, o rendimento real (já descontada a inflação) subiu quase 5% desde 2014, quando começou a recessão.

Renda média

em R\$ por mês*

	Há 2 anos	Hoje	Varição
Setor público (todas as esferas)	3.034	3.174	4,6%
Setor privado	1.813	1.778	-1,9%
Setor privado informal	1.163	1.201	3,3%
Doméstico	803	810	0,9%
Setor privado formal	1.929	1.922	-0,4%
Conta própria	1.579	1.529	-3,2%
Empregador	5.339	4.937	-7,5%
Todos os trabalhadores	2.028	2.011	-0,8%

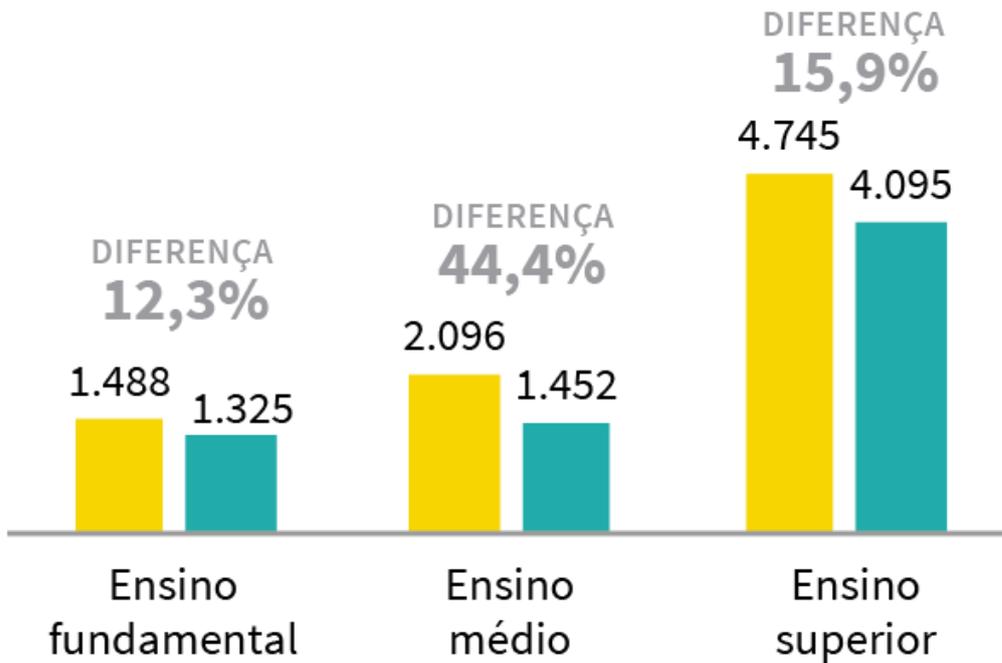
*Na média do trimestre de junho a agosto.

ABISMO

Na média, os servidores públicos ganham mais que os trabalhadores do setor privado, mesmo quando se compara pessoas da mesma escolaridade. E enquanto a aposentadoria pelo INSS paga em média R\$ 1,2 mil, funcionários públicos aposentados podem ganhar mais de R\$ 20 mil mensais.

Remuneração média

em R\$ por mês (em julho)



Por escolaridade

Remuneração média, por escolaridade do trabalhador, em R\$ por mês (em 2015)

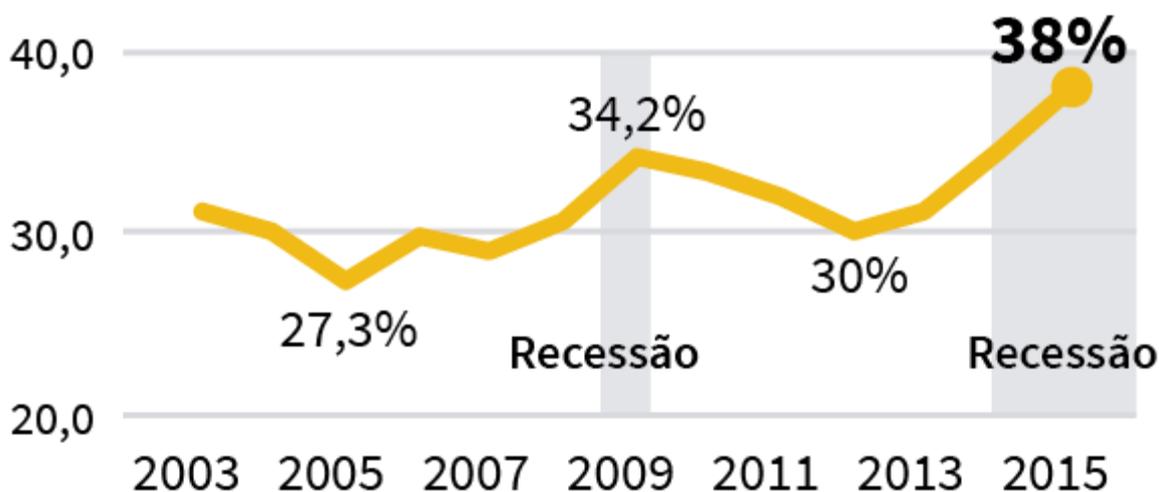
SETOR PÚBLICO (UNIÃO)	Ativos	Aposentados
Executivo (civis)	9.808	7.458
Militares	4.260	9.446
Legislativo	15.959	28.587
Judiciário	17.811	25.700
Ministério Público	15.498	17.904
SETOR PRIVADO		
Empregados formais	1.922	1.201

ENGESSAMENTO

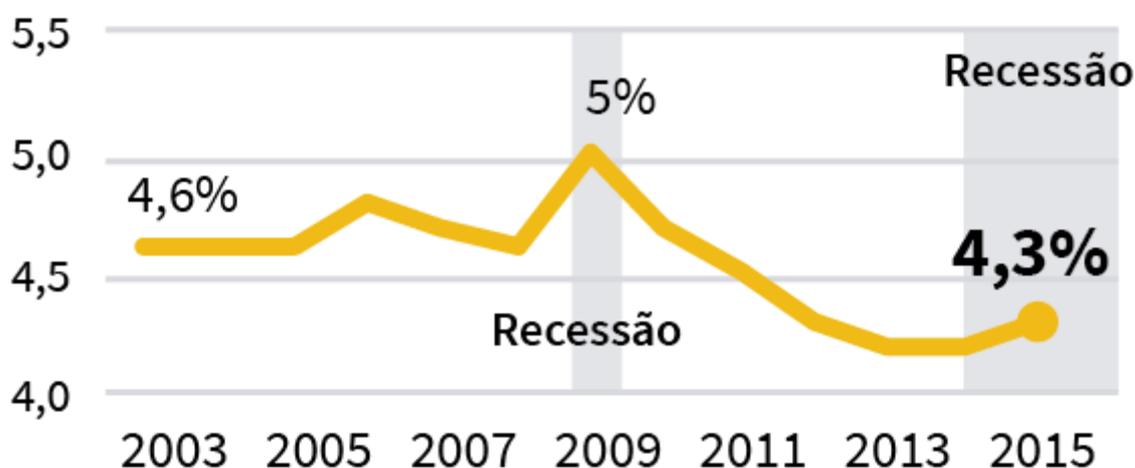
O impacto da estabilidade do emprego fica mais evidente nas recessões. Como o setor público não pode demitir, o peso da folha de pagamento aumenta não só no Orçamento da União, mas no próprio PIB.

Despesa de pessoal da União

em % da receita corrente líquida



em % do PIB



Fonte: Pnad Contínua/IBGE, Ministério do Planejamento, Secretaria da Previdência Social, economista Nelson Marconi. Infografia: Gazeta do Povo.

<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/crise-aprofunda-abismo-entre-servidores-publicos-e-trabalhadores-do-setor-privado-a93v237xsvt6r27tjlfxb9fsk>

VALOR
14/out/16

Previdência dos Estados está quebrada

Por **Claudia Safatle**

Está na previdência do funcionalismo público o mais grave problema fiscal hoje, embora o foco do governo Temer na proposta de reforma seja mais aparente na aposentadoria dos trabalhadores do setor privado.

A começar da dificuldade em obter os números - o governo federal, por exemplo, só divulga os dados da previdência do INSS e subtrai as informações sobre a do servidor. O que se sabe é que o déficit do regime próprio de previdência dos 4,2 milhões de inativos e pensionistas do setor público federal, estadual e municipal é gigantesco.

Segundo dados apresentados em palestra recente pela secretaria do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, ele foi de 3,8% do PIB em 2013, algo como R\$ 237 bilhões se considerado o PIB estimado para este ano, de R\$ 6,254 trilhões. Ela disse, também, que o déficit atuarial dos Estados equivale, atualmente, a R\$ 2,4 trilhões.

Os "donos do orçamento", segundo Velloso

Trata-se de uma cifra substancialmente maior do que "rombo" de R\$ 85,8 bilhões produzido pelos 28,3 milhões de aposentados do setor privado no ano passado e pelos R\$ 148,78 bilhões estimados para 2016. Os funcionários públicos recebem, em média, aposentadoria mensal de R\$ 5.108. Para os trabalhadores do setor privado, esse valor é de R\$ 1.356.

Segundo o economista Raul Velloso, especialista em contas públicas, essa despesa está na raiz da crise financeira dos Estados e precisa ser enfrentada agora, no âmbito da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da previdência social. Renegociar a dívida dos Estados alivia o caixa por um par de anos, mas não resolve a crise que, entra ano e sai ano, os governadores enfrentam, que é estrutural, diz ele. Ana Paula tem o mesmo diagnóstico: "Renegociação, perdão de dívida ou outro tipo de ajuda financeira eventual não solucionará o problema dos Estados", disse ela.

Velloso está assessorando o grupo de dez governadores do Sul e Sudeste que esteve na semana passada com o presidente Michel Temer. O economista sugeriu que os governos estaduais peguem "carona" na reforma que o governo federal está prometendo enviar ao Congresso Nacional.

Muito provavelmente a PEC da Previdência só será encaminhada em novembro. Depois que Temer receber a proposta, quando voltar da viagem à Índia e ao Japão no dia 21, ele pretende conversar com os líderes da base aliada, empresários, centrais sindicais e com os governadores, antes de mandar a proposta de emenda ao Congresso.

A sugestão que o presidente recebeu dos governadores, porém, independe da PEC. É de elevação das contribuições dos ativos e inativos do setor público dos três níveis de governo para pelo menos 14%, o que poderia ser feito por projeto de lei.

Velloso diz que o aumento das contribuições é necessário, mas insuficiente. Ele sugere, também, a criação de um fundo para suportar a despesa da previdência com ativos e recebíveis dos Estados, que seriam antecipados pela União.

Envolvido nesse trabalho desde o ano passado, o economista conta que mergulhou nas "entranhas" das contas dos governos estaduais para entendê-las. Concentrou-se nos orçamentos dos três Estados em maiores dificuldades - Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul - e deles tirou uma média.

As suas constatações confirmam velhas suspeitas. Primeiro, o orçamento é majoritariamente tomado pelas corporações. É o que Velloso chama de "os donos do orçamento". São eles: os poderes autônomos - Legislativo, Judiciário, Tribunal de Contas, Ministério Público e Defensoria Pública; a área da saúde; educação; uma porção de vinculações de menor expressão; e o serviço da dívida.

Por terem autonomia financeira e administrativa garantida pela Constituição, os poderes autônomos, embora dependam dos recursos do Tesouro Nacional, se comportam como se tivessem "indulgência divina para gastar", diz. O mesmo ocorre nas áreas de saúde e educação, "que são feudos".

Esses cinco "donos" do orçamento, segundo Velloso, ficam com 60% da receita corrente líquida dos Estados. Os governadores, portanto, têm 40% da receita para atender a todo o restante do governo.

Ele identificou, também, uma distorção inimaginável: o Legislativo, Judiciário, os tribunais de contas, ministério público e as áreas da saúde e educação não pagam, como empregadores, as previdências dos seus respectivos funcionários. Eles contratam funcionários e empurram essa conta para os tesouros dos Estados.

Outro fato: os Estados não contabilizam os gastos previdenciários nas folhas de salários. Ao praticar essa "contabilidade criativa", com a anuência dos tribunais de contas, eles fizeram da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) letra morta. Parece que estão cumprindo os limites com a despesa de pessoal estabelecidos pela lei, de 49% da receita corrente líquida, mas não estão.

Dos 40% da receita líquida que sobram para o governador alocar, 32% são destinados para as demais secretarias de Estado. Restam, assim, 8% para pagar as aposentadorias dos servidores e o que mais houver. No fim das contas, em 2015, por exemplo, o que restou foi um "buraco" correspondente a 17% da receita corrente líquida. Investimentos, a essa altura, só são realizados com a contratação cada vez mais rara de empréstimos.

Na União, a situação é semelhante. Além dos mencionados "donos do orçamento", há os gastos com o regime geral de previdência e com assistência social, que elevam para 80% a receita com destinação pré-definida. A diferença é que a União pode emitir dívida para se financiar.

Aos governadores que estiveram no Palácio do Planalto na semana passada, Temer respondeu: "Muito bem. Em primeiro lugar, vocês reúnam os 27 governadores, se todos estiverem dispostos a isso (aumentar as contribuições de ativos e inativos), nós vamos ter uma nova reunião, vamos examinar", segundo ele próprio contou em uma entrevista à rádio CBN. " Você sabe que a Previdência dos Estados está quebrada também, não é?", disse o presidente.

Claudia Safatle é diretora adjunta de Redação e escreve às sextas-feiras

A pressão dos inativos nos Estados

Ainda que Dilma tenha sua parcela de responsabilidade, não pode ficar com o ônus pela penúria dos governos estaduais

José Fucs

Muitos governadores culpam a crise econômica pelas dificuldades financeiras de seus Estados. Seguem a mesma estratégia da ex-presidente Dilma Rousseff para justificar o descontrole das contas públicas. Mas, como no caso de Dilma, ainda que a crise tenha a sua parcela de responsabilidade, ao reduzir a arrecadação, ela não pode ficar com o ônus pela penúria dos Estados. Segundo quem mergulhou fundo nas finanças estaduais e está envolvido na busca de soluções para o desequilíbrio fiscal dos Estados, o epicentro do problema está na questão previdenciária. É ele que explica, em boa medida, os atrasos de pagamentos a funcionários da ativa, aposentados e fornecedores observados desde o 2015.

Grandes Estados, como Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro comprometem hoje 26,9%, 19,6% e 15% da receita corrente líquida, respectivamente, com o pagamento de aposentados, bem acima da média nacional, de 13,4%, que já não é baixa. São Paulo ainda está um pouco abaixo, com 12,4% (veja o quadro), mas também não está numa situação confortável. “Ao analisar a estrutura dos orçamentos estaduais, eu atirei no que vi e acertei no que não vi”, diz o economista e consultor Raul Velloso, ex-secretário de Assuntos Econômicos do ministério do Planejamento. “A associação da situação dos estados com o déficit da Previdência é pior do que eu imaginava.”

Velloso afirma que parte do rombo se deve aos Poderes Legislativo e principalmente o Judiciário, além do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos Tribunais de Contas. Eles não pagam seus inativos e deixam a conta para os governadores, que atuam como uma espécie de “pagador de última instância” para honrar os compromissos. Amparados pela lei, que os liberou da tarefa, segundo Velloso, eles recebem integralmente suas cotas do orçamento, recolhem as contribuições dos empregadores e as dos servidores, que cobrem apenas 30% das despesas com inativos. Mas, na hora de quitar a fatura dos aposentados de suas jurisdições, passam o papagaio ao Executivo. Provavelmente, é por isso que eles frequentemente se autoconcedam os benefícios previdenciários mais polpudos do País, muitos deles por fora do contracheque (veja o gráfico). De acordo com o relato de um governador, chegam a enviar arquivos eletrônicos dos servidores para o Executivo protegidos por tarjas pretas nos vencimentos.

PRESSÃO NO CAIXA

● As 15 unidades da Federação com o maior comprometimento da receita líquida corrente para pagamento de aposentados e pensionistas em 2016¹

■ COMPROMETIMENTO DA RECEITA COM BENEFÍCIOS (EM%)
■ DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO NO ANO (EM R\$ BILHÕES)



FONTE: CONSULTORIA DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA DO SENADO
¹ ESTIMATIVA

Como no caso do governo federal, os estados também estão pagando a conta dos excessos cometidos nos tempos de bonança. Estimulados pelas bondades distribuídas por Brasília para os servidores federais, deram aumentos generosos ao funcionalismo estadual, cujos salários indexam a maior parte dos benefícios dos inativos. Como em todo o Brasil, houve muita contratação de novos servidores. O problema demográfico, que a União está começando a enfrentar na Previdência Social, chegou antes nos estados. O economista Leonardo Rolim, consultor econômico do Senado, diz que, na média, os servidores estaduais, são mais velhos que os trabalhadores do setor privado. Em geral, os sistemas previdenciários dos estados têm regras “frouxas”, idade de aposentadoria baixa. Muitos estados têm cerca de 20% dos servidores em “abono de permanência”, prontos para se aposentar. Com o passar do tempo, o sistema não se sustenta. Junto com Velloso, ele está conversando com os governadores para tentar mostrar a gravidade da situação e discutir as possíveis soluções. “Hoje os governadores têm consciência de que são gestores de massa falida”, afirma Rolim. “Mas há uma consciência da gravidade da situação e uma convergência em relação à solução.”

Pelas contas de Velloso, tomando como base os casos de Minas, Rio e Rio Grande do Sul, sobram apenas 40% do orçamento, que ele chama de “orçamento do governador”, depois de deduzidas as cotas dos Poderes autônomos e os recursos para, saúde, educação e pagamento do serviço da dívida. Outros 36% cobrem os custos das demais secretarias. Sobra um saldo de 8% do total. Só que, para pagar os inativos, são necessários, em média, 32% da receita corrente líquida. Com empréstimos e alguma arrecadação adicional que amealhem, conseguem reduzir o buraco para 17% ou 18% da receita. “O problema é sério, tem tamanho e vai piorar”, diz.

A reforma da Previdência a ser proposta pelo governo federal, que afetará também o setor público, contribuirá para reduzir as despesas e alongar a vida útil dos trabalhadores, mas não resolverá a questão. Nem tampouco a criação de planos de capitalização para novos servidores. Poderão estancar a sangria, mas não afetarão os inativos ou quem está para se aposentar. Muitos estados terão de vender ativos para reduzir seus passivos ou tentar repassá-los para a União em troca da antecipação de receitas. Como a União tem o privilégio de imprimir dinheiro e facilidade para colocar títulos no mercado, pode dar fôlego aos estados. Ainda assim, vários estados não conseguirão equilibrar suas contas e terão de aumentar a alíquota de contribuição dos servidores e mesmo a do empregador. “No Brasil, as pessoas vão empurrando o problema com a barriga enquanto aguentam. “Quando não dá mais é que vão resolver”, afirma Rolim.

Uma reforma para garantir o futuro

Com um rombo recorde, a Previdência se tornou o maior problema fiscal do País e tem de passar por mudanças profundas para ser sustentável no longo prazo

José Fucs

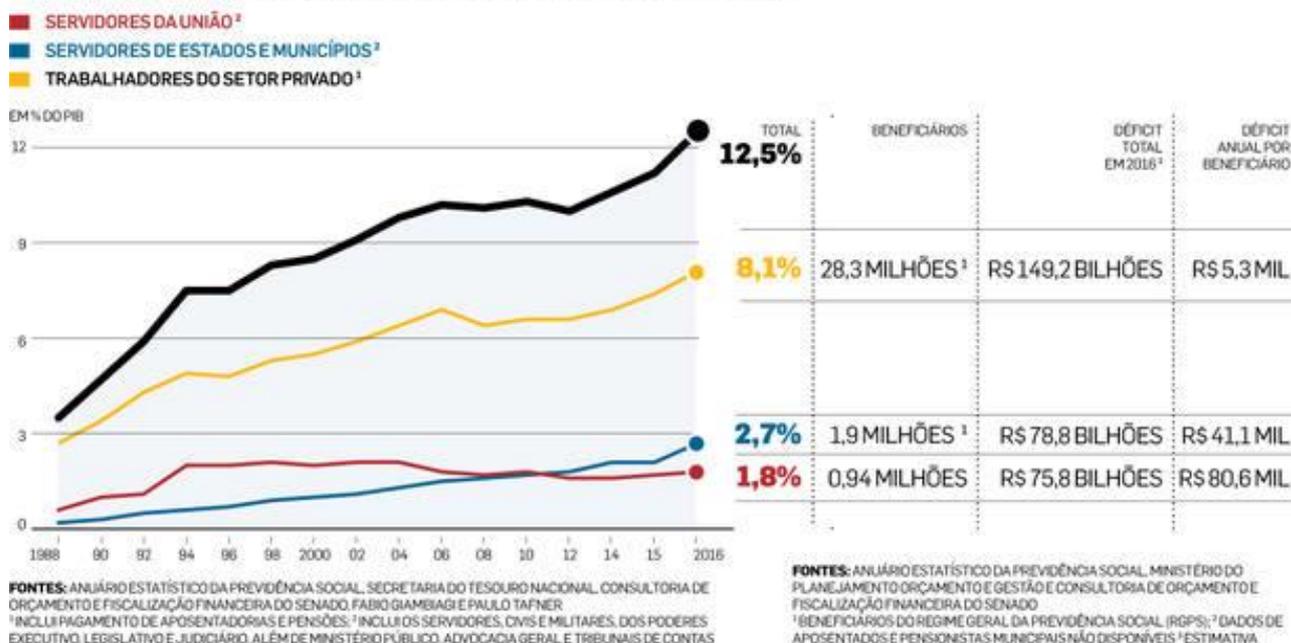
Ao longo da história, não faltam exemplos de que, no Brasil, se alguma coisa não for urgente, mesmo que seja importante, acaba sempre ficando para depois. Só quando o problema se torna crítico é que sua solução ganha prioridade. Foi assim com o dragão da inflação, que já mostrava suas garras desde meados dos anos 1970. Foram necessários vinte anos, seis planos econômicos e uma hiperinflação que superava os 80% ao mês, para que o senso de urgência se impusesse e o governo encarasse a fera para valer. Foi assim, também, com os preparativos para a Copa do Mundo de 2014 e a Olimpíada de 2016 no Rio de Janeiro. Só quando a pressão do calendário se tornou insuportável, com duras críticas da Fifa e do Comitê Olímpico Internacional, é que o Brasil pisou no acelerador. Agora, com a Previdência Social, não é diferente. A Previdência precisou chegar à beira do colapso, para que, enfim, entrasse na agenda de Brasília.

Apesar dos alertas emitidos há duas décadas por estudiosos do assunto, de que a Previdência era uma “bomba-relógio” que deveria ser desarmada o quanto antes, pouco se fez além de empurrá-la um pouquinho para lá, um pouquinho para cá, para evitar que seus estilhaços provocassem danos irreparáveis caso ela explodisse. Nos últimos anos, em particular, não só não se fez nada para resolver o problema como se agravou o quadro, com a incorporação de novas benesses, patrocinadas pelo governo e pelo Congresso Nacional, ao sistema previdenciário. Resultado: o que já era ruim ficou ainda pior. A Previdência foi parar na UTI e se tornou, hoje, o maior imbroglho fiscal do País. “O negócio é crítico mesmo”, diz o economista Roberto Macedo, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda. “Ninguém teve coragem de enfrentar essa bomba e agora, se não arrumar isso, haverá um caos nas finanças públicas e o governo vai enfrentar dificuldade até para rolar sua dívida e terá de atrasar pagamentos e aposentadorias.”

Os sinais de que a Previdência precisa passar por uma cirurgia radical, para voltar a respirar a plenos pulmões, pipocam de todos os lados. O rombo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), o sistema que atende os trabalhadores do setor privado e os celetistas do setor público, deverá alcançar R\$ 149 bilhões neste ano. No Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), que atende os funcionários públicos dos Três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), além dos servidores do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Tribunal de Contas, o déficit deverá roçar os R\$ 80 bilhões. No total, serão quase R\$ 230 bilhões, o equivalente a 10% do Produto Interno Bruto (PIB), que o Tesouro Nacional terá de bancar para cobrir o pagamento dos servidores e dos trabalhadores do setor privado, sem contar o déficit dos sistemas de Previdência dos estados e dos municípios, que estão em situação parecida ou até pior (veja os gráficos). Em 1988, quando foi promulgada a chamada “Constituição Cidadã”, o buraco era de 3,3%, um terço do atual.

A ESCALADA DOS GASTOS

● Desde a promulgação da Constituição de 1988, as despesas da União, dos estados e dos municípios com o pagamento de benefícios previdenciários aumentaram quase quatro vezes em termos reais¹



Investimentos reduzidos. Em 2016, só para pagar os benefícios aos servidores inativos e aos aposentados da iniciativa privada, o governo federal terá de desembolsar mais de R\$ 600 bilhões, mais até do que para pagar os juros da dívida pública, hoje acima de R\$ 3 trilhões, mesmo com as taxas indecentes que vigoram hoje no País. “É algo parecido com o que vimos na Grécia recentemente. É uma tragédia grega em câmara lenta”, afirma o economista Fabio Giambiagi, um craque na área, autor do livro “Reforma da Previdência, o encontro marcado”, de 2007, com edição esgotada. “Eu estava na Argentina em dezembro de 2001, quando caiu o presidente Fernando de la Rúa. Passei com minha família o réveillon mais triste da minha vida, com o País decretando default e ninguém querendo assumir a Presidência. Não quero isso para o Brasil.”

Com um déficit dessa magnitude na Previdência, tendo de aportar centenas de bilhões de reais para cobri-lo, o governo, obviamente, deixa de usar o dinheiro para outras áreas, como saúde, educação e infraestrutura, que alavanca os investimentos privados, a criação de novos postos de trabalho e o desenvolvimento. Em 2015, o governo federal investiu apenas 0,7% do PIB em infraestrutura. O gasto para cobrir o rombo das aposentadorias é 14 vezes maior. Além disso, com o envelhecimento do País nas próximas décadas, o número de aposentados deverá crescer de forma dramática, enquanto o de trabalhadores da ativa vai cair, o que aumentará ainda mais o rombo da Previdência. “É o inferno na terra”, diz Giambiagi. “Não podemos mais agir como o avestruz. Temos de encarar esse desafio de frente.”

Apenas na Previdência dos servidores federais, o déficit atuarial, que projeta as obrigações futuras da Previdência dos servidores federais, é estimado, em valores atuais, segundo um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em R\$ 1,2 trilhão. No caso dos estados e municípios, o déficit atuarial alcança R\$ 3,2 trilhões. É o equivalente a 75% do PIB, que representa a soma de todas as riquezas produzidas no País. No caso do RGPS, o rombo deve ser pelo menos o dobro. “Vamos enfrentar o pior dos mundos, que é ficar velho e pobre”, afirma Paulo Tafner, ex-economista do IPEA e hoje presidente da Companhia Fluminense de Securitização, criada pelo governo do Rio de Janeiro, para antecipar recebíveis do estado e reduzir suas dívidas.

“O Brasil resolveu investir nos seus idosos, em vez de investir nas suas crianças”, diz José Marcio Camargo, economista da Opus, uma empresa de gestão de recursos, e professor da PUC do Rio. Segundo ele, o Brasil tem 30% da população com menos de 15 anos e gasta 5% do PIB com educação. Ao mesmo tempo, apesar de apenas 7% da população ter mais de 65 anos, o País gasta quase 13% do PIB com aposentadoria e pensão. Camargo diz que a Alemanha, que gasta valores semelhantes com a Previdência, tem 22% da população com mais de 65 anos. “A gente gasta per capita 12 vezes mais com os nossos idosos do que os nossos jovens e as nossas crianças. É uma prioridade totalmente equivocada, se você pensar no futuro do País.”

Ganho real. Diante da dimensão do problema, é inevitável questionar como chegamos a esse ponto. Tal situação se deve a uma série de fatores e se esboçou com a Constituição de 1988 e com o processo de aceleração da inflação naquele período. Como o valor real das aposentadorias caiu muito durante o regime militar, os Constituintes decidiram fazer um sistema mais generoso. A questão, de acordo com Camargo, é que ele se tornou “excessivamente generoso”. Como perto de 80% dos beneficiários da Previdência ganha o piso, hoje de um salário mínimo, a maioria se aposenta com uma renda maior do que tinha na ativa, já que deixa de pagar a contribuição previdenciária. Além disso, há um enorme incentivo para a população não contribuir, porque qualquer brasileiro tem direito, aos 65 anos, a uma pensão no valor de um salário mínimo desde que prove que não tem outra fonte de renda. “Para quem ganha um salário mínimo na ativa, não faz o menor sentido contribuir ao longo de sua vida útil, porque sabe que vai conseguir uma pensão no mesmo valor sem qualquer contribuição.”

No rol de explicações para o fenômeno, tem lugar de destaque, também, a indexação do piso dos benefícios ao salário mínimo, que teve uma valorização real (acima da inflação) de cerca de 80% de 2003 a 2015. Com a forte formalização registrada no mercado de trabalho na década passada e o crescimento da economia, na esteira do

boom de commodities que injetou bilhões de dólares no País, o problema não emergiu durante alguns anos. A partir de 2013, porém, com a retração da economia e o desemprego recorde, as contribuições para o sistema caíram substancialmente e o bode, de repente, apareceu na sala. “O aposentado não tem de ter ganho real de renda”, afirma Paulo Tafner. “Se ele se aposentar com o equivalente a US\$ 1 mil, tem de ganhar na média, US\$ 1 mil. Pode até ganhar US\$ 1.020 num ano e US\$ 975 no outro, até porque tem a variação cambial, mas tem de receber um valor estável e manter seu poder de compra.”

Há, ainda, as pensões integrais vitalícias e as aposentadorias especiais, como as de professores e enfermeiros, que podem parar de trabalhar com 25 anos de serviço. Isso significa que, se eles começaram a trabalhar com 25 anos de idade, poderão se aposentar aos 50 anos. Se o trabalhador for uma mulher, cuja expectativa de vida é cerca de 10% maior que a dos homens, ela poderá viver mais trinta anos, em média, recebendo sua aposentadoria. Vai receber benefícios por um tempo maior do que o de suas contribuições. Para completar o quadro, o Congresso Nacional ainda aprovou, em 2015, o sistema 85/95, que permite a aposentadoria, sem incidência do fator previdenciário, quando a soma da idade do trabalhador e do tempo de contribuição atinge 95 para os homens e 85 para as mulheres. “Estamos dando uma proteção excessiva para as pessoas”, diz Tafner. “É como o caso daquele cara que engordou e quer usar roupa de magro. Não dá mais. Tem de renovar o guarda-roupa e no caso isso quer dizer mexer nas regras do sistema.”

Mão na ferida. Se juntarmos a isso às generosas aposentadorias do setor público, que garantem ao beneficiário contratado antes de 2003 o recebimento do salário integral da ativa, corrigido pelos mesmos índices de quem continua a trabalhar, tem-se aí um coquetel de alto poder corrosivo. Sem falar dos marajás do Judiciário, do Legislativo e do Ministério Público, que se aposentam com valores muito acima do teto da Previdência, de R\$ 5,1 mil, que serão tema de outra reportagem da série “A reconstrução do Brasil” em breve. Embora representem apenas 3,3% do total de aposentados do setor privado, os servidores da União respondem por 35% do déficit da Previdência em 2016.

OS MARAJÁS DA TERCEIRA IDADE

● Os aposentados do setor privado recebem um benefício médio mensal de R\$ 1,1 mil, enquanto os aposentados e pensionistas da União ganham, em média, muito mais que o teto da Previdência Social, de R\$ 5,1 mil

SETOR	GASTO ANUAL COM APOSENTADOS E PENSIONISTAS ¹	NÚMERO DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS	BENEFÍCIO MÉDIO MENSAL
Executivo	R\$ 91,5 BILHÕES	939.318	R\$ 7,5 MIL
Legislativo	R\$ 3,6 BILHÕES	10.116	R\$ 27,2 MIL
Judiciário	R\$ 8,6 BILHÕES	28.381	R\$ 23,2 MIL ³
Ministério Público	R\$ 0,6 BILHÃO	2.560	R\$ 17,8 MIL ³
Total	R\$ 104,2 BILHÕES	980.375	R\$ 8,2 MIL
Iniciativa privada²	R\$ 380,2 BILHÕES	28.300.000	R\$ 1,1 MIL

FONTES: BOLETIM ESTATÍSTICO DE PESSOAL E INFORMAÇÕES ORGANIZACIONAIS, MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E BOLETIM ESTATÍSTICO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

¹ VALORES DE 2015. ² BENEFICIÁRIOS DO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS). ³ EXCLUI BENEFÍCIOS RECEBIDOS "POR FORA" POR APOSENTADOS E PENSIONISTAS, EM ESPECIAL NOS CARGOS MAIS GRADUADOS

A boa notícia é que, ao contrário do que aconteceu nos governos Lula e Dilma, o presidente Michel Temer parece empenhado em colocar a mão na ferida e deverá encaminhar logo mais ao Congresso uma ambiciosa proposta de reforma da Previdência, tanto para o setor privado como para o público. Caso a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do teto para as despesas públicas, aprovada em primeiro turno pela Câmara Federal na semana passada, passe também no segundo turno de votação e pelo Senado, a reforma da Previdência irá se transformar numa questão de vida ou morte para o governo. Segundo cálculos de José Marcio Camargo, se o governo não conseguir aprovar a reforma da Previdência no Congresso, para reduzir as despesas, alongar a vida ativa do trabalhador e dar sustentabilidade ao sistema no longo prazo, daqui a vinte anos 100% do orçamento federal serão gastos apenas no pagamento de benefícios da Previdência (confira no quadro as medidas em estudo no governo).

Camargo, porém, está otimista, apesar dos antecedentes do Legislativo na matéria. Ele participou da força-tarefa criada pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia, para explicar aos deputados a importância de aprovar o teto dos gastos, e diz que os parlamentares estão “conscientes” da gravidade do cenário da economia. “A PEC da Previdência é mais difícil de aprovar do que a do gasto público, porque trata de uma questão muito mais próxima das pessoas, mas o pessoal lá é profissional”, afirma. “Fiquei muito impressionado tanto com o Rodrigo quanto com o Temer. Eles fizeram um trabalho de primeira, na forma como foi construído o processo, tanto do ponto de vista político como técnico.”

Dada a crise profunda por que passa a Previdência hoje no País, seria uma boa oportunidade para implementar uma reforma estrutural no sistema. O economista Paulo

Guedes, presidente do conselho de administração da Bozano Investimentos, diz que o governo não deveria perder essa chance. De acordo com Guedes, o governo deveria criar um novo sistema previdenciário que instituísse o regime de capitalização, com contas individuais e benefícios atrelados às contribuições de cada um, semelhante ao que existe no Chile, para os trabalhadores que entrassem no mercado de trabalho a partir de agora. “O que vem aí é um ajuste fiscal na Previdência brasileira. Não é uma reforma do regime previdenciário”, afirma. “O regime previdenciário de capitalização botou o Chile para crescer 5% ou 6% ao ano durante 35 anos.” É provável que ele tenha razão. Certamente, essa mudança abriria uma nova perspectiva para o Brasil. Na atual conjuntura, porém, com todas as dificuldades que já são próprias de qualquer mudança na legislação da Previdência, se Temer conseguir aprovar seu ajuste, já será um grande avanço.

O GLOBO
30/set/2016

Arábia Saudita aperta o cinto

O governo já aumentou os preços de energia elétrica, água e gasolina, tirando parte dos subsídios desses produtos

A acentuada queda do preço do petróleo no mercado internacional — de mais de US\$ 100 o barril há dois anos para os US\$ 45 de hoje — tem deixado os orçamentos dos maiores produtores em frangalhos. A Arábia Saudita não conseguiu escapar deste aperto fiscal, e o rei Salman bin Abdulaziz surpreendeu seus súditos esta semana quando seu gabinete anunciou um corte de 20% nos salários dos ministros e limites nas horas extras e nos dias de férias dos funcionários públicos.

A reação da população foi imediata nas redes sociais, com muitos sauditas postando fotos do falecido rei Abdullah e se lembrando dos tempos de mais fartura. Mais de dois terços dos sauditas empregados trabalham para o governo, e o déficit do Orçamento chegou a US\$ 100 bilhões no ano passado. Estima-se que o petróleo seja responsável por 72% das receitas do governo. Com 52% dos sauditas com menos de 25 anos de idade, e 300 mil novos trabalhadores entrando no mercado

todo ano, cortar o gasto com funcionários públicos foi uma necessidade óbvia.

O governo já aumentou os preços de energia elétrica, água e gasolina, tirando parte dos subsídios desses itens. Em dezembro de 2015, a gasolina na bomba subiu 66% de um dia para o outro; mesmo assim, o reino ainda tem um dos preços de combustível mais baixos do mundo. Na época, integrantes do governo disseram que os aumentos eram necessários para tornar o uso de combustíveis mais eficiente, conservar recursos naturais e interromper o desperdício e o uso irracional desses recursos.

Num país e numa região onde não há Imposto de Renda, os governos dos países membros do Conselho de Cooperação do Golfo, todos impactados pela queda do preço do petróleo, decidiram introduzir um tributo sobre o valor agregado de produtos e serviços de 5% a partir de 2018. Isso certamente vai ajudar a engordar seus orçamentos nacionais, mas não seria o suficiente para preencher a lacuna entre as receitas das vendas de petróleo e seus gastos altíssimos. Cortar os gastos drasticamente foi a única solução, já que as despesas passaram a superar a arrecadação.

O aperto fiscal já atingiu as duas maiores construtoras da Arábia Saudita, a Binladin e a Saudi Oger, que obtinham a maior parte dos seus lucros em contratos bilionários com o governo saudita para a expansão da mesquita central do Haram, em Meca, e outros projetos. Os problemas surgiram quando o governo atrasou o pagamento de grande quantias às duas construtoras por meses a fio. Isso deixou as empresas sem caixa para pagar a seus milhares de trabalhadores, e muitos ficaram sem salários por até seis meses. Como a maioria desses trabalhadores é da Índia e do Paquistão, com famílias nos países de origem dependendo de suas remessas mensais, a situação ficou dramática. Vários trabalhadores entraram em greve, o que é proibido pela lei saudita, e um grupo de indianos em Riad mandou mensagens ao governo da Índia pedindo ajuda urgente, alegando que ficaram até sem comida. A cobertura desse drama na mídia internacional forçou as autoridades sauditas a tomarem medidas drásticas, intervindo nas disputas com garantias de que todo trabalhador poderia entrar com ação judicial contra empresas sauditas que lhes devessem salários e benefícios, e dando passagens aéreas aos que queriam voltar para seus países de origem. A Saudi Oger, que pertence à família do ex-primeiro

ministro do Líbano Saad Hariri, se diz quase falida e estava tentando ser comprada pelo governo saudita, mas sem sucesso até agora.

Como se os problemas econômicos que já enfrenta não fossem o suficiente, o reino agora encara a possibilidade de ser processado nos tribunais americanos por parentes das vítimas dos atentados de 11 de setembro. Apesar de o presidente Barack Obama na semana passada vetar uma nova lei aprovada pelo Congresso dos EUA que autoriza americanos a processar governos estrangeiros acusados de matar americanos, as duas casas do Parlamento aprovaram no dia 28 de setembro a derrubada do veto. Em todo caso, juristas já disseram que não acham que as supostas “provas” do alegado apoio saudita aos sequestradores, apresentadas pelas famílias das vítimas, vão ser aceitas como válidas nos tribunais.

A população saudita vai ter que sobreviver a tempos mais magros e precisará trabalhar mais duro para fechar suas contas. Aqueles dias de emprego fácil, com salários generosos, talvez estejam em extinção. E, pelo preço do petróleo atual, não vão voltar tão cedo.

Rasheed Abou-Alsamh é jornalista

<http://oglobo.globo.com/opiniao/arabia-saudita-aperta-cinto-20204447>

CORREIO BRAZILIENSE

17out16

País ficará no vermelho até 2021

Economistas alertam que só PEC do Teto não será suficiente para conter o desequilíbrio no caixa. Gastos com pessoal e com a Previdência são os vilões das contas. Atualmente, folha de pagamento de ativos e inativos representa 70% das despesas da União

Rosana Hessel

Mesmo que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 241/2016, que limita o crescimento dos gastos públicos à inflação do ano anterior, seja aprovada, as contas do governo continuarão no vermelho até 2021, de acordo com estimativas da Tendências Consultoria. Dados do Tesouro Nacional mostram que, entre 1997 e 2015, as despesas primárias da União passaram de 14% do Produto Interno Bruto (PIB) para 19,6%, taxa que deve se repetir neste ano. Reverter esse quadro exige um caminho árduo.

O aumento de 5,6 pontos percentuais nos gastos é explicado, em grande parte, pela Previdência Social e pelo crescimento dos gastos com pessoal - ativo e inativo -, apontados pelo governo e por especialistas como os maiores vilões do desequilíbrio fiscal. O avanço acelerado desses custos, nos últimos anos, fez com que o país registrasse deficits primários desde 2014, devido à desaceleração da economia e consequente queda na arrecadação.

O economista e especialista em contas públicas Raul Velloso atribui a forte expansão dos gastos públicos ao que ele chama de a "grande folha de pagamento". "A maior despesa do governo é com pessoal, seja ativo ou inativo. Se somarmos tudo, hoje a folha representa mais de 70% das despesas da União, muito mais que os 39% de 1987, antes da promulgação da Constituição Cidadã (1988)", destaca ele, lembrando que essas despesas são as que mais cresceram acima da inflação nos últimos anos.

Velloso ressaltou que os gastos com os benefícios e aposentadorias também deram um grande salto desde a Constituição e a maioria está indexado ao salário mínimo, reajustado acima da inflação nos últimos anos. "Desse jeito, não há espaço para o governo investir, que é o que realmente paga a conta. O resto, podemos dizer que é dinheiro mal gasto", critica.

O economista não vê outra saída para essa situação a não ser a reforma da Previdência. Entre as propostas feitas por ele ao presidente Michel Temer e aos governadores, está o aumento das alíquotas de contribuição dos inativos que recebem acima do piso do INSS, de 11% para 14%, e do empregador, de 22% para 28%, para que seja criado um fundo para ajudar a custear as aposentadorias nos próximos anos.

As despesas com a Previdência saltaram de 4,9% do PIB em 1997 para quase 7,9% em 2015 - aumento de 3 pontos percentuais - e a rubrica Outras despesas obrigatórias saltou de 0,9% para 3,9% do PIB. Metade corresponde aos abono salarial e seguro-desemprego, além de benefícios da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que eram 0,7% em 1997 para 5% do PIB. Essa rubrica também inclui as despesas vinculadas de saúde e educação, subsídios e investimento.

Os gastos com a folha representavam 4% do PIB em 2015. Valor bastante expressivo, principalmente para um período recessivo da economia. Isso ajudou a manter o quadro de pessoal inchado e ineficiente, de acordo com analistas.

Estimativas do Ministério da Fazenda apresentadas a investidores estrangeiros nos Estados Unidos mostram que as despesas obrigatórias do governo chegariam a 23,2% do PIB em 2025 sem a PEC. A proposta, que já passou em primeiro turno na Câmara, deverá ser votada em segundo no próximo dia 24 para então ser encaminhada ao Senado Federal, onde também precisará ser apreciada em dois turnos.

Trunfo

Apesar de a PEC do Teto ser considerada o grande trunfo do governo, há consenso entre os economistas de que, sem a reforma da Previdência e outras medidas de ajuste fiscal que impliquem redução do tamanho do estado ou aumento de impostos, a proposta não terá eficácia alguma. Eles destacam que a Previdência consome sozinha mais da metade das despesas, e daqui a alguns anos o sistema se tornará impagável porque absorverá praticamente todo o Orçamento.

A evolução das despesas da União com benefícios previdenciários é

expressiva. Em valores correntes, o gasto com a Previdência pulou de R\$ 47 bilhões em 1997 para R\$ 436,1 bilhões no ano passado, uma alta de 827,6%. Esse percentual é superior ao aumento das receitas, de 771,8% no mesmo período, que partiu de R\$ 132,9 bilhões para R\$ 1,116 trilhão. Para este ano, as previsões da Tendências são que essa fatura alcance R\$ 507 bilhões, o equivalente a 8,1% do PIB, ou seja, 41% dessas despesas primárias.

"O grande vilão das contas públicas é a Previdência. Ela é uma despesa grande, que cresce acima da inflação, e isso faz com que o governo gaste mais com aposentadorias e pensões e menos com educação e saúde", critica Klein. O especialista em contas públicas lembrou que a política de subsídios para empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social também contribuíram para o aumento explosivo das despesas obrigatórias nos últimos anos. Klein lembrou que a prática culminou com o pagamento das pedaladas em 2015, que elevou substancialmente o rombo fiscal de R\$ 20,1 bilhões em 2014 para R\$ 117 bilhões no ano passado. Para 2016, está estimado em R\$ 170,5 bilhões pelo governo federal.

O economista Otaviano Canuto, diretor executivo no board do Banco Mundial, ressaltou que, apesar de a maioria dos gastos da Previdência ser atrelada ao salário mínimo, subindo acima da inflação há alguns anos, o problema não era percebido tão claramente entre 2004 e 2010 porque o PIB brasileiro crescia bem e era possível pagar a conta. Quando a atividade desabou, a conta ficou mais difícil de fechar.

Para Canuto, os mecanismos de vinculação ou de indexação de gastos acabaram criando uma pressão nas despesas. O diretor do Banco Mundial considera a aprovação da PEC do Teto positiva porque poderá ajudar na reavaliação dos gastos como um todo, principalmente os com a saúde e educação, melhorando a qualidade dessas despesas.

"O item óbvio dessa PEC é buscar espaço fiscal para acomodar os demais gastos, pois a Previdência ocupará a maior parte", destaca. "O gasto com aposentadorias no Brasil é extremamente alto em comparação com países desenvolvidos porque a proporção da idade é muito menor. Aposenta-se muito cedo no Brasil. O país acabou sendo mais generoso que o resto do mundo. Só que generosidade custa caro", acrescenta.

A economista Selene Peres Nunes, uma das autoras da Lei de Responsabilidade Fiscal, explica que a o deficit da Previdência é fruto da falta de planejamento para o fim do bônus demográfico, que está chegando - na próxima década, haverá mais pessoas aposentadas do que na ativa contribuindo para o sistema. "Enquanto a Previdência foi superavitária não se preservaram os recursos. Gastou-se tudo o que tinha quando a contribuição sobrava, desde a construção de Brasília até Angra 2", critica. "Agora, com o sistema deficitário, as contribuições atuais não são suficientes para cobrir as despesas com a assistência social, que são necessárias, mas os recursos precisam sair do Tesouro."

Segundo ela, com o passar do tempo, começou a não sobrar para seguridade social, para a saúde e assistência. Houve uma expansão de tantos benefícios que para se resolver o problema agora não vai ter jeito a não ser aumentar imposto para preservar os direitos adquiridos ou reformar a Previdência.

"Desse jeito, não há espaço para o governo investir, que é o que realmente paga a conta. O resto, podemos dizer que é dinheiro mal gasto"

Raul Velloso Economista, especialista em contas públicas

Poço sem fundo

A Previdência Social é o maior vilão dos gastos da União. Foi o que mais cresceu nos últimos anos e a tendência é continuar a se expandir

Quanto gastamos da União

Em % do total

Tipo	1997	2002	2010
Previdência Social	17,8	26,3	31,8
Investimentos em infraestrutura	9,2	2,1	3,4
Investimentos em Saúde e Previdência	11,0	25,4	25,4
Despesas com Previdência Social	7,0	21,1	22,5
Despesas com Educação	0,8	1,1	4,2
Despesas com Saúde	0,0	0,0	3,9
Despesas com Infraestrutura	0,0	0,8	2,4
Educação	—	1,8	1,8
Saúde	9,8	8,8	1,7
Investimentos em Educação, Saúde e Previdência	10,0	10,0	3,4
Despesas com Previdência Social	10,0	10,0	18,8
A Crise da Folha de Pagamento	10,0	12,4	12,5
Despesas com Previdência Social	1,8	10,8	25,8

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).
 * Dados em bilhões de reais.
 ** Dados em bilhões de reais.
 *** Dados em bilhões de reais.
 **** Dados em bilhões de reais.
 ***** Dados em bilhões de reais.

Como gastamos

Despesa com gastos previdenciários do governo central

Em R\$ bilhões

% do PIB



Receitas da previdência

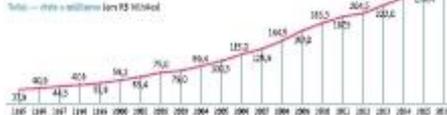
Os gastos com previdência superam, em todos os anos, a receita de 1997 a 2010

Despesa em bilhões de reais

Ano	Ativos	Despesas	Total	Total
1997	348.370	244.870	593.240	1.224.827
2000	406.622	290.140	696.762	809.585
2003	448.300	388.308	836.608	819.822
2004	481.741	381.250	862.991	824.306
2005	490.940	382.297	873.237	834.027
2006	488.124	395.830	883.954	857.540
2007	508.940	373.059	881.999	816.430
2008	528.124	393.542	921.666	827.023
2009	538.420	365.828	904.248	815.739
2010	518.235	364.358	882.593	855.452
2011	351.810	365.262	717.072	888.522
2012	365.262	372.231	737.493	1.022.181
2013	372.231	378.208	750.439	1.048.578
2014	378.208	379.712	757.920	1.071.050
2015	379.712	378.096	757.808	1.094.189
2016	378.096	341.542	719.638	1.128.025
2017	341.542	300.871	642.413	1.122.580

Despesa com previdência cresce 57,5% de 1997 a 2010

Total em bilhões de reais



Principais gastos (em % do PIB - acumulados em 12 meses)

Ano	Previdência Social	Previdência Social	Despesas com Previdência Social	Despesas com Previdência Social
1997	4,8	4,3	0,9	3,6
2000	5,5	4,7	0,9	3,9
2003	6,4	4,2	2,1	5,2
2004	6,1	4,1	2,1	4,2
2005	6,7	3,9	2,2	4,5
2006	6,7	3,8	2,4	4,3
2007	6,9	3,8	2,7	4,2
2008	7,1	4,2	2,8	4,3
2009	7,3	4,1	2,8	4,2

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Dados em bilhões de reais.

Corrida à aposentadoria cria rombo de R\$ 2,7 bi

Preocupados com a mudança de regras e a perda de vantagens, servidores antecipam passagem para a inatividade. De janeiro a julho, número de beneficiários do sistema de previdência da União cresceu 6,1%, oito vezes o ritmo registrado desde 2013

Rosana Hessel

Temendo as mudanças que virão com a reforma do sistema previdenciário e a possível perda de benefícios, funcionários públicos têm procurado antecipar a passagem para a inatividade. O movimento pode prejudicar os planos do governo de reduzir o desequilíbrio das contas públicas. Só as novas concessões liberadas em 2016, até julho, ainda antes do impeachment de Dilma Rousseff, devem acrescentar R\$ 2,7 bilhões ao rombo do sistema de previdência dos servidores da União.

Dados do Ministério do Planejamento, que têm deixado o Palácio do Planalto em alerta, mostram que, no fim de julho, a União tinha 577.416 aposentados, incluindo civis e militares, 6,1% a mais que os 544.186 do fim do ano passado.

O ritmo de crescimento do pessoal inativo foi quase oito vezes a taxa média registrada desde 2013, de 0,8% por ano. Em apenas sete meses de 2016, 33,2 mil pessoas ingressaram no sistema previdenciário do funcionalismo, enquanto, no ano anterior o número foi de apenas 7,3 mil - acréscimo de 25,9 mil pessoas.

Procurado, o Planejamento informou por meio de nota que não vê sinais de aumento substancial nos números.

Idade

Há ainda outro dado preocupante no Boletim Estatístico de Pessoal elaborado pela pasta: a idade média dos aposentados caiu de 60 para 59 anos no mesmo período. Diante da crescente expectativa de vida do brasileiro, isso significa que os funcionários inativos tendem a passar mais tempo recebendo aposentadoria, o que complica ainda mais as contas de um sistema já pesadamente deficitário.

Pelas contas do economista Leonardo Rolim, consultor de Orçamento da Câmara dos Deputados, o valor médio dos benefícios do funcionalismo gira em torno de R\$ 8,5 mil mensais. Considerando os 25,9 mil aposentados a mais registrados neste ano em relação a 2015, o aumento da despesa da União com esse excedente será de R\$ 2,7 bilhões, que deverão aumentar o rombo do sistema do funcionalismo, estimado, por ora, em R\$ 78 bilhões, pela consultoria da Câmara.

"É possível que esse impacto seja maior ainda, porque há muitos servidores que já completaram os requisitos para se aposentar, mas ainda não entraram com os pedidos.

Esse número é estimado em 20% do pessoal da ativa, e a tendência de antecipação é crescente", alertou Rolim. Segundo ele, no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que atende o setor privado, as chances de apressar a aposentadoria são menores porque o trabalhador não consegue as mesmas vantagens que os servidores; portanto, o impacto financeiro deve ser mais suave.

Conforme dados do último boletim estatístico da Previdência Social, no acumulado em 12 meses até agosto deste ano, o total de benefícios concedidos cresceu 11,8%, após uma queda de 16,6% em 2015. Segundo a assessoria do órgão, o crescimento, no entanto, reflete "o represamento de pedidos acumulados durante as últimas greves de servidores da instituição".

A assessoria informou também que havia pedidos represados desde o ano passado, em virtude da mudança das regras para a fórmula 85/95. Quem entrou com a papelada há quatro meses está começando a receber o benefício agora. O ministério acredita que os requerimentos devem aumentar, mas isso "só será percebido a partir do início do próximo ano". O rombo da Previdência do setor privado, que atende 33,5 milhões de pessoas, é estimado pelo governo em R\$ 149 bilhões neste ano.

Fonte do governo disse que a preocupação com a antecipação das aposentadorias é crescente, mas as autoridades evitam falar sobre o assunto. O número de pedidos de aposentadoria passou a crescer depois que a nova equipe econômica começou a falar sobre a reforma da Previdência. Os dados de agosto e de setembro ainda não foram consolidados pelo Planejamento, mas a fonte avisou que "o déficit da Previdência deverá crescer de forma exponencial" devido às antecipações.

Na avaliação do economista e consultor Carlos Eduardo de Freitas, ex-diretor do Banco Central (BC), a corrida dos servidores para garantir a aposentadoria "contribuirá para aumentar o desequilíbrio do sistema".

Para a economista Selene Peres Nunes, uma das autoras da Lei de Responsabilidade Fiscal, "os servidores podem estar antecipando a aposentadoria ou simplesmente exercendo o direito de receber o benefício integral, temendo a reforma". Ela lembra que um dos pontos das mudanças pretendidas pelo governo é a unificação dos sistemas público e privado.

A fonte disse que o presidente Michel Temer precisa explicar melhor o que estará na reforma e buscar tranquilizar quem tem mais de 50 anos, a fim de evitar que o movimento de antecipação se acelere. "A reforma tem que ser cartesiana e inteligente, do contrário tem impacto explosivo a curto prazo", pontuou.

Urgência

Freitas reconhece que a reforma da Previdência é necessária, dado o descontrole das contas públicas e a falta de uma reserva financeira bem administrada para o pagamento dos beneficiários. Ele lembra que, na década de 1970, alguns órgãos tentaram se antecipar e criaram programas próprios de previdência, como o BC, mas a ideia foi extinta pela Constituição de 1988.

"Muitos sabiam que esse problema iria chegar porque uma hora a receita seria menor que a despesa. E esse desequilíbrio ocorreu porque a despesa foi mal gerenciada e cresceu além do que devia", explicou Freitas.

No caso dos servidores, lembrou o ex-diretor do BC, uma das medidas mais danosas para o sistema previdenciário foi a equiparação dos salários dos ativos com os benefícios dos inativos, criada em 1988. "Essa é uma das principais distorções do sistema público que precisará ser revista com a reforma. O benefício deveria ser corrigido pela inflação, e não mais do que isso", afirmou.

O economista Fábio Klein, da Tendências Consultoria, diz que o crescente deficit da Previdência é o principal motivo da expansão acelerada da dívida pública, que alcançará 73,5% do Produto Interno Bruto (PIB) no fim deste ano.

Gastos

Klein alerta que, se a reforma previdenciária e a emenda constitucional que limita o avanço dos gastos públicos não forem aprovadas pelo Congresso, o endividamento poderá chegar a 101,6% do PIB em 2021, nível considerado insustentável. "Além disso, o governo precisará tomar medidas complementares para reequilibrar as contas, porque, mesmo com o teto, as despesas continuarão crescendo nos próximos anos", alertou, sugerindo corte de subsídios e revisão de programas governamentais, visando uma economia de 5% das despesas discricionárias (não obrigatórias).

Assistência social infla os gastos

Na avaliação de Carlos Eduardo de Freitas, é preciso que o saldo negativo do **INSS** seja visto com cuidado, porque é resultado do enorme volume de benefícios de assistência social, como auxílio-doença, pensões vitalícias etc, que, "se não estivessem na conta da Previdência, ela seria superavitária". "A sociedade poderá avaliar uma forma mais adequada de eliminar gradualmente o gasto com assistência dentro da Previdência, que giram em torno de R\$ 137 bilhões por ano, migrando os benefícios para um fundo ou instituição constituído pela arrecadação de contribuições para essa finalidade específica", sugeriu.

"A reforma tem que ser cartesiana e inteligente, do contrário tem impacto explosivo a curto prazo"

Selene Peres Nunes, economista

Peso maior

Cresce o número de pedidos de aposentadoria entre servidores, temerosos com a reforma da Previdência

QUADRO DE PESSOAL

Total de funcionários da União, civil e militar

Ano	Ativos	Aposentados	Pensionistas	Total
2010	970.605	516.635	397.280	1.884.520
2011	984.330	522.707	400.256	1.907.293
2012	999.661	530.384	401.096	1.931.141
2013	1.017.221	532.894	402.166	1.952.281
2014	1.064.734	536.839	402.479	2.004.052
2015	1.080.435	544.186	401.076	2.025.697
2016*	1.236.486	577.416	405.589	2.219.491

*até julho

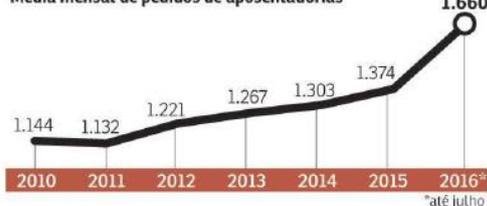
QUANTO CRESCEU

Varição anual de aposentadorias na União

% sobre o ano anterior



Média mensal de pedidos de aposentadorias



*até julho

CUSTOSO DEMAIS

Enquanto a expectativa de vida do brasileiro aumenta, a idade média dos aposentados pela União, que é baixa, caiu em 2016 em relação aos anos anteriores

Idade média de aposentadoria integral

Ano	Feminino	Masculino	Ambos
2010	58	61	60
2011	58	62	60
2012	58	61	60
2013	59	62	60
2014	59	62	61
2015	59	62	60
2016	58	61	59

Fonte: Ministério do Planejamento



MUITO CEDO

Idade média de aposentadoria dos servidores nos ministérios mais onerosos para a Previdência

Setor	Feminino	Masculino	Média
Ministério dos Transportes	54	57	56
Ministério da Defesa	49	51	50
Ministério da Educação	42	43	43
Ministério da Saúde	46	48	47
Ministério da Fazenda	48	49	48

Cristiano Gomes/CB/D.A.Press